



Plano de Recuperação Económica pós-COVID-19



COMISSÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

4 de agosto de 2020

1



Plano de Recuperação Económica pós-COVID-19

1. Conjuntura Internacional
2. Contexto de Timor-Leste e Impacto da COVID-19
3. Fase I (Metade 2020): Mitigação dos Impactos da crise COVID-19
4. Fase II (2021+...): Correção dos Impactos da crise – Medidas de médio-longo prazos (2021 e anos seguintes)

COMISSÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

8 de agosto de 2020

2



1. Conjuntura Internacional

- Janeiro/2020: a pandemia provocada pela COVID-19 tem início na China.
- Fevereiro/Março/2020: ela expande-se a outros países e, progressivamente, atinge todo o mundo.
- **Crise de Saúde Pública**: na tentativa de travar a expansão da pandemia, muitos países adotaram medidas de limitação da movimentação dos seus cidadãos (confinamento).
- **Impacto Socioeconómico**: tem afetado o lado da **Oferta**/na produção de bens e serviços e o lado da **Procura**/no consumo (principalmente das famílias mas também das empresas): ambas diminuirão – instabilidade nas bolsas mundiais e de outros mercados (exemplo: combustíveis).



1. Conjuntura Internacional

Estimativas da evolução do PIB em 2020 (%):

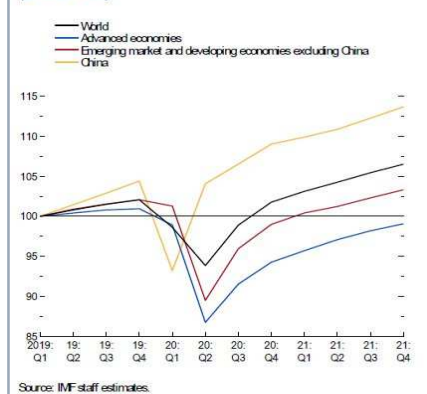
Economias avançadas:	-8
Euro-área:	-10,2
ASEAN-5:	-2
Ásia emergente e em desenvolvimento:	-0,8
Mundo:	-4,9

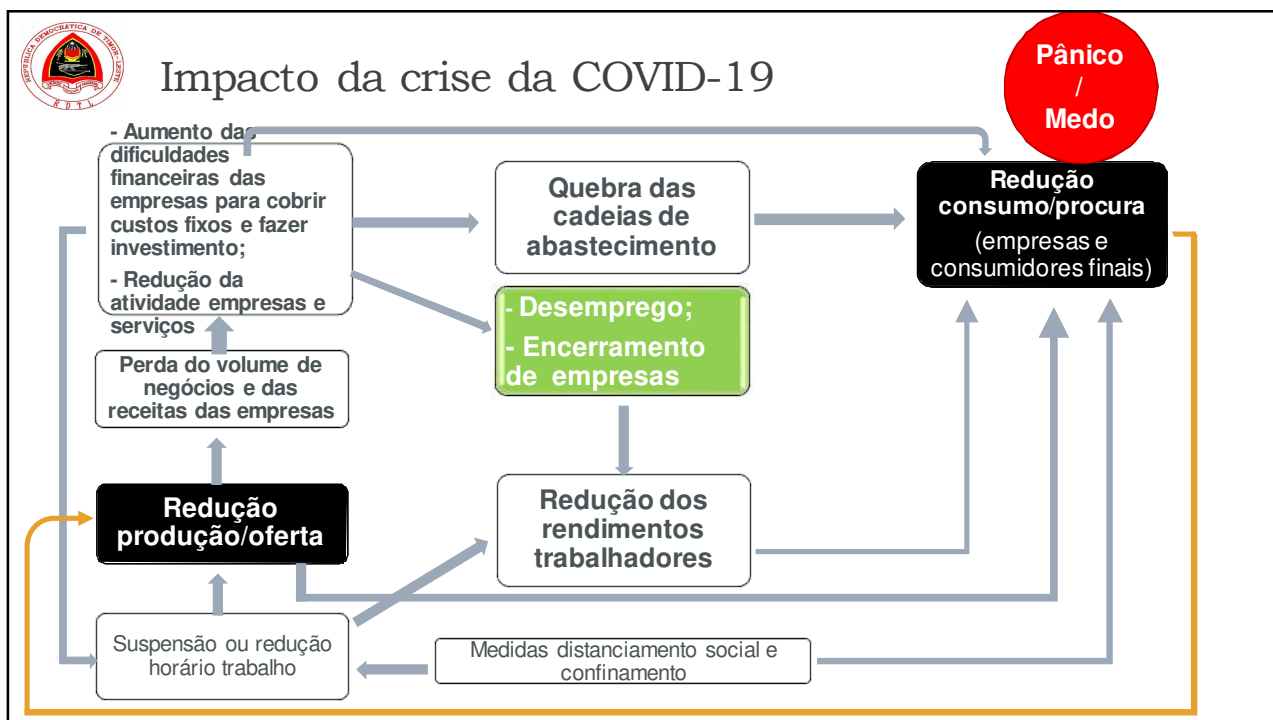
Curva em “V”: queda acentuada do PIB e recuperação quase completa no ano seguinte—**Cenário Otimista**

Outros cenários possíveis: curva em “U” (recuperação em cerca de 2-3 anos), “L” (idem em cerca de 3-4 anos) ou “W” (crise inicial com nova crise mais pequena devido ao impacto de novo pico da COVID)

Forma final da curva: vai depender de muitos fatores, nomeadamente da política económica implementada. **EM TIMOR LESTE, NÃO SE ACREDITANDO QUE ELA SEJA EM “V”, PRETENDE-SE QUE SEJA NUM “U” O MAIS “FECHADO” POSSÍVEL (2 anos até à recuperação do PIB de 2019?)**

Figure 1. Quarterly World GDP (2019:Q1 = 100)





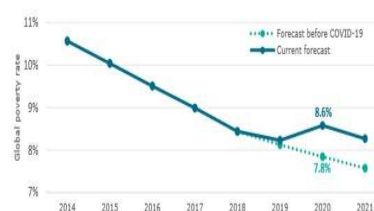
1. Conjuntura Internacional

- A nível mundial, o **DESEMPREGO** tem sido a mais grave consequência desta crise.
- A estimativa é de que o efeito sobre o (des)emprego se repercute sobre os rendimentos e, consequentemente, sobre o **nível de pobreza e de desigualdade na distribuição do rendimento**—aumento do número de indivíduos em situação de pobreza absoluta.

COVID-19 pushing 40-60 million people into extreme poverty

COVID-19 is taking its toll on the world, causing deaths, illnesses and economic despair. But how is the deadly virus impacting global poverty? Here we'll argue that it is pushing about 40-60 million people into extreme poverty, and that Sub-Saharan Africa might be the region hardest hit.

The impact of COVID-19 on Global Poverty

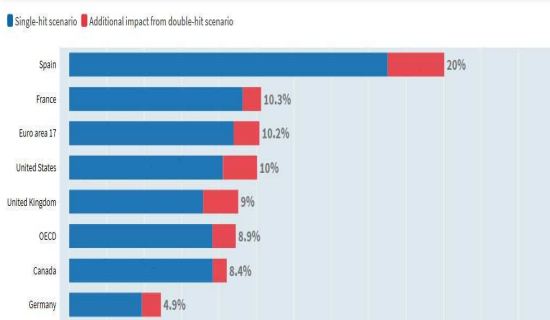




1. Conjuntura Internacional

Unemployment remains higher in 2021-Q4 than before the crisis

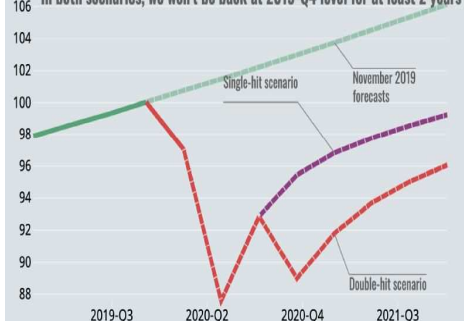
Unemployment rate, % of labour force



A collapse in output followed by a slow recovery

World GDP, index 2019-Q4=100

In both scenarios, we won't be back at 2019-Q4 level for at least 2 years



Source: OECD (2020), OECD Economic Outlook No. 107 (Edition 2020/17), OECD Economic Outlook: Statistics and Projections (database).



1. Conjuntura Internacional

PNUD/UNDP: esta crise está a **afetar**, a nível mundial, **todos os indicadores do Desenvolvimento Humano**:

- 1. Rendimento**—é a maior contração da atividade económica desde a Grande Depressão [1929].
- 2. Saúde**—causando milhares de mortes.
- 3. Educação**—com o encerramento de escolas e a redução efetiva do número de crianças com acesso ao ensino: na educação primária os níveis reais de participação na escola devem recuar para os níveis de meados dos anos 80.

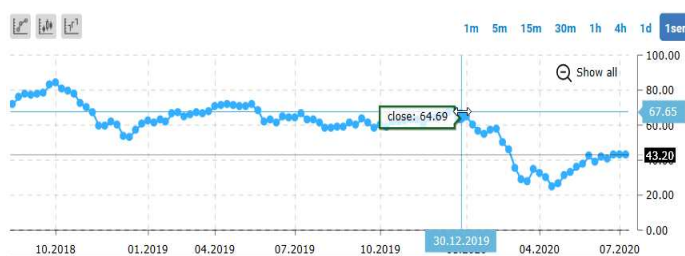


2. Contexto de Timor-Leste e Impacto da COVID-19

Principais canais de transmissão da economia internacional para a de Timor-Leste

- Influência (negativa) da evolução dos índices das Bolsas de Valores no rendimento do Fundo Petrolífero;
- Influência (negativa) da evolução do preço do petróleo (e do gás) bruto (Brent) nos mercados internacionais—influência no valor das receitas da exploração do Mar de Timor e na rentabilidade potencial dos projetos previstos para o Tasi Mane (pelo menos nos próximos anos; pondo em causa a sua rentabilidade e interesse?);
- Influência (negativa) da queda do emprego nas principais economias (nomeadamente Reino Unido) na emigração timorense;
- Influência (negativa) do Brexit na emigração timorense para o Reino Unido.

Preço do Brent em 14 de Julho/20



2. Contexto de Timor-Leste e Impacto da COVID-19

Diagnóstico da situação económico-social em Timor-Leste pré-COVID-19

Desde a Restauração da Independência, foram feitos **muitos progressos em Timor-Leste**, a muitos níveis do Desenvolvimento Humano:

- ❖ na **educação**—elevadas taxas de escolaridade no ensino básico; mais edifícios escolares em todo o país—mas fraca qualidade do ensino e reduzido volume do ensino secundário.
- ❖ na **saúde**—SNS universal e gratuito; aumento da esperança de vida; redução das taxas de mortalidade; melhoria do funcionamento dos serviços de saúde; eliminação da malária—mas ainda muitas deficiências na quantidade e qualidade dos serviços prestados aos doentes.



2. Contexto de Timor-Leste e Impacto da COVID-19

Diagnóstico da situação económico-social em Timor-Leste pré-COVID-19

❖ na **proteção social**—programas e medidas de assistência social, segurança social e serviços sociais—mas ainda muito por fazer, nomeadamente na proteção na doença e no desemprego.

Principais Programas e Medidas públicas de Proteção Social em Timor-Leste			
4 Garantias - Piso de Proteção Social (OIT)			
Cuidados básicos saúde	Segurança básica de rendimento para crianças	Segurança básica de rendimento para pessoas em idade ativa	Segurança básica de rendimento para idosos
Sistema Nacional Saúde (universal e gratuito)	Bolsa da Mãe	Prestações sociais do regime contributivo	Pensão Social não contributiva (SAII)
Serviço Integrado de Saúde Comunitária (SISCA)	Merenda escolar	Programas de Emprego rural (<i>cash for work</i> e <i>Roads for Development</i>)	Pensões do regime contributivo
Saúde na Família	Programa imunização/Vacinação	Apoio social a vítimas de violência baseada no género	Serviço funerário
Apoio Social a pacientes vulneráveis	Apoio social a crianças em conflito com a Lei	Reintegração social de prisioneiros	
	Apoios em géneros a crianças e gestantes (medicamentos, vacinas e alimentos terapêuticos)	Apoio social a famílias e pessoas vulneráveis	



2. Contexto de Timor-Leste e Impacto da COVID-19

Diagnóstico da situação económico-social em Timor-Leste pré-COVID-19

❖ no **crescimento económico**—taxas positivas, apesar da contração em anos em que o país foi afetado pelo regime duodecimal (2017, 2018): taxa de crescimento 4,6% em 2019 (BCTL)—mas crescimento negativo em 2020 (-6%).

Hoje, as pessoas vivem melhor em Timor-Leste, do que viviam antes.

Mas há ainda um conjunto de **fatores ESTRUTURAIS** que caracterizam e afetam o nosso país e para os quais é preciso encontrar respostas.



2. Contexto de Timor-Leste e Impacto da COVID-19

Diagnóstico da situação económico-social em Timor-Leste pré-COVID-19: [Síntese](#)

- **Níveis baixos de rendimento e níveis de pobreza ainda elevados** (taxa incidência: 41,8%), com significativas desigualdades regionais (maior nas áreas rurais) e por grupos etários (maior nas crianças).
- **Segurança alimentar:** 25% dos agregados familiares (29% nas áreas rurais) enfrentam dificuldades na satisfação de necessidades alimentares com consequências, nomeadamente, no crescimento das crianças e seu rendimento escolar.
- Retrato ainda preocupante a nível do **(baixo) desenvolvimento do capital humano**, em termos quantitativos e qualitativos (deficiências na **educação e saúde**, por exemplo).
- **Número elevado de cidadãos ainda sem proteção social adequada.**



2. Contexto de Timor-Leste e Impacto da COVID-19

Diagnóstico da situação económico-social em Timor-Leste pré-COVID-19: [Síntese](#)

- **Peso elevado do consumo** (público e privado) no PIB, mas com **níveis de investimento baixos**;
- **Saldo negativo da Balança Comercial** [importações (muito) maiores que as exportações];
- **Grande dependência da produção exterior (importações)** mesmo em produtos que poderiam ser produzidos internamente;
- **Pouca capacidade de atração de investimento** estrangeiro apesar de um regime legal favorável;
- **Baixa média de escolaridade** (4,5 anos de frequência) e **baixa qualificação da mão-de-obra**;
- **Baixos níveis de investimento produtivo (público e privado)** refletindo-se na **baixa produtividade** e, conseqüentemente, nos **baixos rendimentos**;



2. Contexto de Timor-Leste e Impacto da COVID-19

Diagnóstico da situação económico-social em Timor-Leste pré-COVID-19: Síntese

- Baixa participação da mão de obra (46,9% em 2016); peso ainda significativo da agricultura de subsistência; **peso muito elevado do setor informal** (71%) e do emprego vulnerável (58%);
- **Número muito limitado de empregos produtivos**—nomeadamente nos setores mais ‘modernos’ de qualquer economia—e **elevados níveis de desemprego** (10,4%), **desemprego dos jovens** (32,9%) e subemprego, tudo se conjugando para gerar **baixos níveis de rendimento**;
- **Desigualdades na distribuição dos rendimentos**;
- **Grande dependência das receitas petrolíferas para financiar o Estado** e a produção.



2. Contexto de Timor-Leste e Impacto da COVID-19

Impacto da COVID-19 em Timor-Leste

- A **maioria dos fatores referidos são ESTRUTURAIS** e caracterizam a nossa economia e a nossa sociedade, mesmo no contexto pré-COVID-19: **no PRE são propostas medidas para fazer face a estes fatores a partir de 2021 (Fase II – medidas de médio-longo prazo)**
- Na Fase I, até final de 2020, o objetivo é apenas **mitigar os impactos imediatos da pandemia**, para evitar que a economia retraia mais!

Gostaríamos que a curva da retoma seja em “V” ou o mais provável em “U” (o mais fechado possível).



2. Contexto de Timor-Leste e Impacto da COVID-19

Impacto da COVID-19 em Timor-Leste: Síntese

- **Redução do horário de trabalho/suspensão contratos**—em alguns casos, encerramento temporário da atividade económica (lojas comerciais, restauração, hotelaria) mas grande risco de muitas não retomarem a atividade:
 - **redução dos rendimentos** de muitos trabalhadores num contexto de quase inexistência de alternativas;
 - **redução da produção/oferta**, implicando redução das receitas das empresas e da sua atividade;
 - **quebra das cadeias de abastecimento**—e aumento do preço de bens importados.
- **Redução do consumo/procura**, devido às medidas de confinamento e distanciamento social, mas também devido à queda de rendimentos e à própria contração da oferta.
- **Redução do investimento** privado, das famílias e das empresas que se juntou à redução do investimento público.



2. Contexto de Timor-Leste e Impacto da COVID-19

Impacto da COVID-19 em Timor-Leste: Síntese

- Acreditamos que o desemprego não terá sido demasiado elevado: as medidas tomadas pelo Governo poderão ter ajudado a segurar postos de trabalho—mas os **rendimentos foram reduzidos**.
- **Os efeitos no emprego podem ter sido diferidos para mais tarde com os apoios do Estado**.
- Mas a **contração da economia**—pelo lado da produção/oferta e pelo lado do consumo—deverá ter sido elevado (previsões BCTL).

	USD millions							% Growth			
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2019	2020	2021
GDP Real	1 549	1 597	1 653	1 591	1 578	1 651	1 552	1 602	4.6%	-6.0%	3.2%
GDP Nominal	1 447	1 597	1 656	1 610	1 569	1 665	1 582	1 648	6.2%	-5.0%	4.2%
GDP deflator	93.4	100.0	100.2	101.2	99.4	100.9	101.9	102.9	1.5%	1.0%	1.0%

- A saída de muitos estrangeiros do país também teve impacto na redução do consumo.



2. Contexto de Timor-Leste e Impacto da COVID-19

Impacto da COVID-19 em Timor-Leste: Síntese (Estimativas do BCTL)

Queda procura interna: -10%
(-6% privada; -14% pública)

Redução das importações: -19%

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	% Growth		
									2019	2020	2021
HHs FCE	864	883	913	967	1 024	1 080	1 026	1 062	5%	-5%	3.5%
HHs GFDF	22	26	25	23	21	22	21	22	6%	-8%	5.3%
Companies GFDF	84	85	90	111	43	58	46	48	33%	-20%	3.9%
Private Demand	970	994	1 028	1 121	1 088	1 161	1 089	1 132	7%	-6%	4%
Public FCE	771	776	759	722	734	879	787	843	20%	-11%	7%
Public GFDF	436	412	469	349	413	330	258	256	-20%	-22%	-1%
2. Public Demand	1 207	1 188	1 228	1 070	1 147	1 209	1 045	1 099	5%	-14%	5%
NPISHs	83	53	70	37	43	57	51	54	31%	-10%	4%
Aid Foreign	224	199	189	187	169	206	186	194	22%	-10%	4%
Changes in inventories	30	21	26	26	23	26	23	24	12%	-10%	4%
Acquisitions less disposals c	0	0	0	0	0	0	0	0	2%	-10%	4%
3. Additions	336	273	285	251	236	289	261	272	22%	-10%	4%
4. Domestic Demand	2 513	2 455	2 542	2 443	2 471	2 659	2 400	2 503	8%	-10%	4%
Exports	66	49	52	38	43	47	25	36	10%	-47%	44%
Imports	-1 131	-907	-938	-871	-945	-1 040	-843	-891	10%	-19%	6%
5. Net External Demand	-1 065	-858	-886	-833	-902	-993	-818	-855	10%	-18%	5%
6. GDP	1 447	1 597	1 656	1 610	1 569	1 665	1 582	1 648	6%	-5%	4%



2. Contexto de Timor-Leste e Impacto da COVID-19

Impacto da COVID-19 em Timor-Leste: Síntese

- Setores económicos e atividades mais afetados:
 - **Turismo** e atividades relacionadas (companhias aéreas, agência viagens, hotelaria, atividades turísticas como mergulho, restauração).
 - **Setor informal** – maioritariamente não registados no regime de segurança social.
 - Genericamente, as **empresas mais dependentes de trabalhadores estrangeiros que deixaram o país** (essencialmente serviços)..
 - **Empresas nacionais já antes fortemente descapitalizadas (a maioria).**

As empresas e os trabalhadores do setor formal beneficiaram por estarem abrangidos pelo sistema de Segurança Social

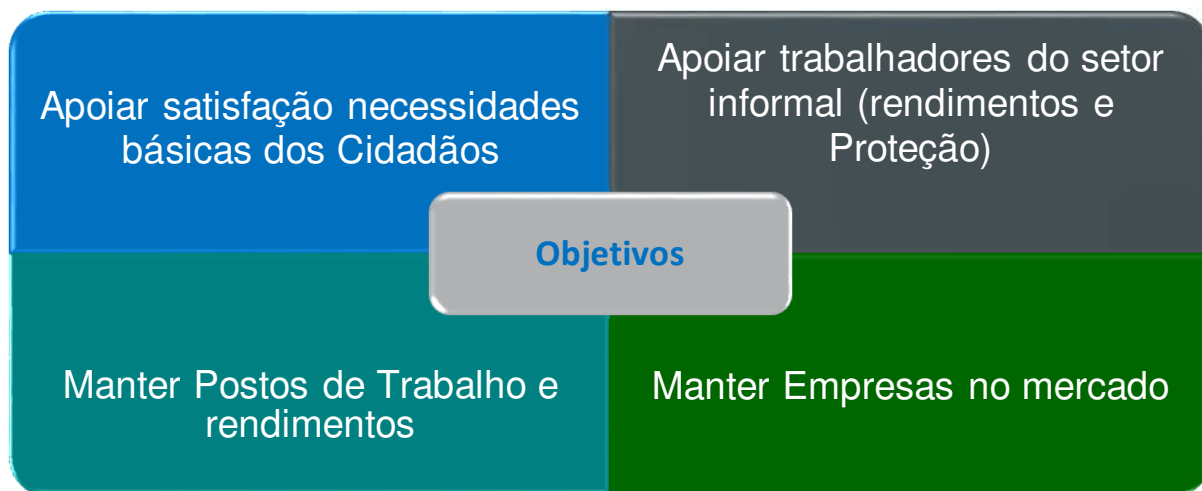
3. Fase I (2020): Mitigação dos Impactos da crise

Medidas de curto prazo

- **Medidas adotadas durante Estado Emergência:** intervenção do lado da procura e do lado da oferta:
 - ajudaram a assegurar postos de trabalho e apoiar as empresas;
 - ajudaram a manter níveis de consumo dos trabalhadores e das famílias (compensando a perda de rendimento, também dos que vivem do setor informal).
- Timor-Leste **não terá OGE 2020 em vigor antes de meados/final de Outubro**, pelo que o tempo para tomar novas medidas em 2020 é limitado.
- Muitos dos **problemas existentes são estruturais** e, por isso, acreditamos que os maiores esforços se devem centrar no período a partir de 2021.
- No entanto, é preciso **tomar medidas já em 2020**, para evitar que a economia retraia mais, e para preparar o caminho para a Fase II.

3. Fase I (2020): Mitigação dos Impactos da crise

Medidas de curto prazo (Aprovadas CdM 29/07/2020)





4. Fase II (2021 e seguintes): correção (parcial) dos impactos da crise

Medidas de médio-longo prazos

As crises económicas e sociais são normalmente utilizadas para introduzir correções no caminho que os países têm trilhado e que, em parte, é responsável pela própria crise por não ter preparado o país para situações como a atual. O objetivo das medidas a tomar no longo prazo é principalmente este: corrigir o caminho percorrido garantindo o máximo de emprego mais produtivo e melhor remunerado.



4. Fase II (2021 e seguintes): correção (parcial) dos impactos da crise

Medidas de médio-longo prazos

➤ O futuro do nosso país vemo-lo nós no quadro do “desenvolvimento humano” tal como vem sendo definido desde o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano publicado pelo PNUD em 1990:

“O desenvolvimento humano é um processo de ampliar as escolhas das pessoas (...) para que levem uma vida longa e saudável, adquiram conhecimento e tenham acesso aos recursos necessários para um padrão de vida digno. Se estas escolhas essenciais não estiverem disponíveis, muitas outras oportunidades permanecerão inacessíveis...”



4. Fase II (2021 e seguintes): correção (parcial) dos impactos da crise

Medidas de médio-longo prazos

O futuro de Timor-Leste é aquele em que a população tem acesso a um nível mais elevado de educação (incluindo a formação profissional), a melhor assistência sanitária e melhor saúde e com mais bem-estar material, nomeadamente no campo de quantidade e qualidade de alimentos disponíveis. Tudo isto exige mais postos de trabalho mais produtivos e melhor remunerados!



4. Fase II (2021 e seguintes): correção (parcial) dos impactos da crise

Medidas de médio-longo prazos

Tudo isto implica que os OGE anuais inclua mais recursos para a educação, para a saúde e para a alimentação/nutrição, pelo menos.

Fixar como meta da nova repartição de recursos a duplicação dos gastos nestas áreas no período de cinco anos, a começar já em 2021.

O que se sugere é que haja um re-balanceamento entre os gastos em capital físico e capital humano aumentando significativamente ao longo da presente legislatura os recursos dedicados à melhoria do capital humano! (*"Síntese e Conclusões", Relatório da Comissão D do Parlamento Nacional sobre a Proposta de Lei do OGE para 2020, Dezembro 2019*).



4. Fase II (2021 e seguintes): correção (parcial) dos impactos da crise

Medidas de médio-longo prazos

Alguns princípios gerais para o conjunto dos setores.

Preocupação permanente deve ser a de dinamizar a produção nacional (particularmente a industrial) numa lógica de se proceder a alguma “substituição de importações”, mesmo que limitada.

Isto poderá exigir alguma proteção das “*infant industries*” (indústrias nascentes) através de barreiras (alfandegárias ou outras) que as proteja da concorrência dos produtos importados e cuja substituição se procura levar a cabo.



4. Fase II (2021 e seguintes): correção (parcial) dos impactos da crise

Medidas de médio-longo prazos

Precisamos de transformar os nossos hábitos de consumo!



Portugal



Angola



Moçambique



EUA



4. Fase II (2021 e seguintes): correção (parcial) dos impactos da crise

Medidas de médio-longo prazos

Agricultura (culturas alimentares e de rendimento, florestas, pecuária)

Turismo

Habitação

Capital humano:

- Educação,
- Saúde e
- Proteção Social

Reforma Institucional



4. Fase II (2021 e seguintes): correção (parcial) dos impactos da crise

Medidas de médio-longo prazos

As razões de maior investimento na Agricultura:

	Situação Atual	Uma Visão Realística para 2030
Número de famílias	150.000	120.000
Produtividade	Baixa	2-3 vezes a produção atual
Rendimentos	1.000 USD por família	2.500 USD por família
Pobreza	50% das famílias rurais	20% das famílias rurais
PIB Real (Agricultura)	300 milhões de USD	750 milhões de USD



4. Fase II (2021 e seguintes): correção (parcial) dos impactos da crise

Medidas de médio-longo prazos

Algumas razões de maior investimento na Agricultura:

- Não há outro setor que absorva “mão-de-obra intensivas” como a agricultura.
- Avanços na produtividade dos agricultores que contribuirá para o aumento de rendimento fazem-se através de intervenções simples e de baixo custo.
- Investimento sério na modernização da agricultura pode inverter a tendência de emigração de pessoas em idade ativa da zona rural para as cidades.
- Uma agricultura desenvolvida pode contribuir para a melhoria da dieta alimentar da população e na redução de algumas doenças crónicas dos mais jovens.



4. Fase II (2021 e seguintes): correção (parcial) dos impactos da crise

Medidas de médio-longo prazos

Algumas razões para apostar no Turismo:

- É um setor de “mão-de-obra intensivas” e não exige qualificações muito elevadas.
- O setor do Turismo não tem merecido uma “fatia” adequada nos OGE anuais.
- Os trabalhos de manutenção/recuperação e preservação das muitas antigas construções (portuguesas) e as “tranqueiras” ajudam a gerar empregos e aumentar os níveis de rendimentos de muitas famílias no interior do país.
- A Associação dos Proprietários de Hotéis e a Associação da Indústria do Turismo bem como grupos da sociedade civil estão prontos para desenvolver a riqueza turística do país.



4. Fase II (2021 e seguintes): correção (parcial) dos impactos da crise

Medidas de médio-longo prazos

Algumas razões para investir na Habitação:

- A edificação de “bairros” devidamente infraestruturadas é a forma de melhor aproveitamento (e ordenamento) do espaço urbano.
- A construção de habitações de custo económico/moderado são criadoras de emprego, sobretudo de emprego menos qualificado.
- A utilização de material local para a construção das habitações permite um maior efeito multiplicador tanto no emprego como no rendimento.
- Uma vez em funcionamento, os “bairros” tornam-se importantes contributos para o estado sanitário da nossa população.



4. Fase II (2021 e seguintes): correção (parcial) dos impactos da crise

Medidas de médio-longo prazos

Algumas razões para investir no Capital Humano:

- Um sistema nacional de educação contribui para o aumento da qualidade do capital humano que é essencial para o aumento e atratividade do investimento (nacional e estrangeiro) nos setores produtivos.
- Os cidadãos e o sistema nacional da saúde têm de estar bem preparados para fazer face às novas situações de emergência.
- A proteção social desempenha um papel importantíssimo no desenvolvimento humano e também económico pelos efeitos multiplicadores que produz—transferência de dinheiro e criação ativa de emprego de “mão-de-obra intensivas” (exemplos: PNDS, R4D e programas de empreendedorismo).



4. Fase II (2021 e seguintes): correção (parcial) dos impactos da crise

Medidas de médio-longo prazos

Mais do que “recuperar” a economia no pós-COVID-19, importa resolver os problemas estruturais existentes, ajudando à transformação económica e social necessária, para atingirmos as metas a que Timor-Leste se propõe.

Essa tarefa pode e deve começar já.



4. Fase II (2021 e seguintes): correção (parcial) dos impactos da crise

Medidas de médio-longo prazos

As medidas propostas neste Plano têm exatamente esse propósito, são bastantes abrangentes e “tocam” em várias áreas e setores. Mas é fundamental que estas **medidas sejam efetivamente implementáveis**, sob pena do “Plano” não ser mais do que uma carta de boas intenções. Para isso, é importante que todos contribuam para este objetivo comum, numa estratégia combinada: Estado, Setor Privado/Empresas, Bancos, Instituições da sociedade civil, e os próprios cidadãos.



4. Fase II (2021 e seguintes): correção (parcial) dos impactos da crise

Medidas de médio-longo prazos

O Estado desempenha um papel primordial e insubstituível—quer criando o quadro normativo necessário, quer apoiando e monitorizando a iniciativa privada, quer mesmo intervindo diretamente em áreas fundamentais, para assegurar que ninguém fica de fora no processo de desenvolvimento.

Isto significa que apenas é possível implementar estas medidas propostas, para os setores económicos e sociais, se elas forem acompanhadas de intervenções em termos de “capacitação” e melhoria/**Reforma Institucional**.



RESUMO DAS PRINCIPAIS MEDIDAS DE MÉDIO-LONGO PRAZOS A IMPLEMENTAR NOS OGE DE 2021 E SEGUINTE

Setores/Áreas	Medidas Propostas
Agricultura (e pequena indústria agroalimentar)	<ul style="list-style-type: none"> Definir uma política de renovação do cafezal de Timor-Leste com subsídio aos cultivadores que substituírem plantas velhas por mais novas e produtivas; Desenvolver a exploração florestal—nomeadamente sândalo e teca---apoiada na lei aprovada em 2017 (Lei N.º 14/2017); Incentivar plantação de árvores para lenha para evitar o abate indiscriminado de árvores; melhoria da qualidade da extensão rural; introdução do ensino da pecuária; Implementação, a prazo, de uma política (parcial) de substituição de importações, particularmente do arroz: <ul style="list-style-type: none"> Aumentar o controlo das importações (aumento de taxas); Incentivar a produção nacional, através da oferta de sementes e da garantia de mercado/apoio ao escoamento da produção (programa de compra e distribuição de produção pelo Estado); Intensificar o uso de motocultivadores (mas não de tratores) na cultura do arroz; Criar “bancos de sementes” produtivas e disponibilizá-las aos agricultores.

Setores/Áreas	Medidas Propostas
Agricultura (e pequena indústria agroalimentar)	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o setor privado no aumento da produção de carne com confinamento de animais e controlo sanitário: <ul style="list-style-type: none"> • Organizar campanhas massivas de vacinação dos animais; • Fornecer aos criadores de gado sementes de plantas forrageiras; • Construir pontos de água para o gado nas aldeias--utilizando programas públicos de emprego rural mão de obra intensivos; • Promover e apoiar o associativismo agrícola, designadamente através do apoio direto a instituições de promovam microcrédito nas comunidades rurais; • Promover, junto das Universidades ou outras Instituições, cursos de formação (a nível superior, de longa duração; mas também técnico-intensivos de curta duração) em áreas específicas como agricultura tropical e pecuária; • Reforçar o apoio a projeto como a “Quinta Portugal” ou outros de natureza semelhante, para aumentar a assistência técnica aos produtores de café e de outras produções agrícolas.

Setores/Áreas	Medidas Propostas
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Criar uma empresa estatal para dinamizar o setor; • Melhorar o ensino/formação profissional nesta área com upgrade de uma escola de Turismo para um nível elevado, internacional; • Promover a recuperação de antigas residências de administradores e “tranqueiras” para preservar o nosso património e apoiar o turismo; • Promover o Eco-Turismo, combinando o alojamento com as plantações de café ou arroz, por exemplo; • Reabilitar estradas rurais de especial interesse turístico—utilizando programas públicos de emprego mão-de-obra intensivos; • Controlar (extinção) dos crocodilos na costa norte para tornar as praias seguras;

Setores/Áreas	Medidas Propostas
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Construir/criar (Metinaro? Liquiçá?) um parque temático vocacionado à divulgação e preservação da cultura e artesanato timorense; • Tendo a Estratégia Nacional aprovada para o setor como pano de fundo, definir um plano concreto para desenvolver o turismo, por fases. Pelas suas características, começar desde já com a “ponta leste”—municípios de Baucau, Viqueque e Lautém—como zona inicial prioritária para o desenvolvimento do turismo (a que se seguirão depois outras zonas); a prazo de 5-6 anos reabilitar o aeroporto de Baucau para receber voos “charter”; • Construir o já previsto Museu-Biblioteca Nacional em Dili; • Desenvolver campanhas publicitárias sobre Timor-Leste, a divulgar no estrangeiro, realçando a riqueza natural dos mares e das montanhas do país.

Setores/Áreas	Medidas Propostas
Habitação	<ul style="list-style-type: none"> • Construir bairros infraestruturados em algumas cidades (exemplo: Dili, Baucau, Pante Macassar) para implantação de habitações de renda económica destinada a habitação social com entrega aos moradores ao fim de 25 anos de pagamento de renda—a dinamização, propriedade e gestão deste programa deve ser da Segurança Social ou nova Instituição própria criada (Instituto Nacional de Habitação?), ligada à Segurança Social; • Assegurar saneamento básico, abastecimento de água no domicílio e eletrificação, de todo o país, por etapas; • Construção de uma central moderna de tratamento de lixo e de águas residuais (Díli). • Construção de fontanários públicos.

Setores/Áreas	Medidas Propostas
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a percentagem de gastos em educação no contexto dos OGE anuais até, pelo menos, ao fim da legislatura, fixando como meta para 5 anos a duplicação do peso dessas despesas no OGE; • Alargar o número de CAFE—Centros de Aprendizagem e Formação Escolar até, numa primeira fase (5-6 anos), 2-3 por município; • Alargar a rede de estabelecimentos de ensino secundário, pré-escolar e centros de formação profissional; • Promover obras de manutenção/recuperação de edifícios escolares (mais e melhores escolas com redução do número de alunos por professor), quando estão em causa pequenas recuperações, podem ser realizadas no quadro dos programas públicos de emprego mão de obra intensivos; • Estabelecer um acordo com Portugal e o Brasil para possibilitar o apoio aos novos CAFE a criar; recorrer a financiamento dos parceiros de desenvolvimento para a criação dos CAFE e a recuperação de edifícios escolares e de formação profissional;

Setores/Áreas	Medidas Propostas
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar os programas de formação dos professores dos vários graus de ensino; • Produzir e distribuir manuais escolares aos alunos e aos docentes; • Recuperar as 13 Cartas Educativas elaboradas, atualizá-las e utiliza-las como importante instrumento de planeamento e estratégia educativa; • Introduzir melhorias na merenda escolar (no menu e no processo de implementação); • Definir programas de retenção de jovens licenciados---nomeadamente os que cursaram no exterior com bolsas do Governo de Timor Leste---de forma a evitar a “fuga” para o exterior à procura de oportunidades de emprego.

Setores/Áreas	Medidas Propostas
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar os gastos correntes na saúde a fim de melhorar significativamente a qualidade dos serviços de saúde prestados aos doentes, equipamentos, materiais, formação de recursos; • Realizar obras de conservação dos hospitais e centros de saúde, quando estão em causa pequenas recuperações, podem ser realizadas no quadro dos programas públicos de emprego mão de obra intensivos; • Desenvolver acordos com entidades privadas (incluindo terceiro setor) para a concessão da gestão (eventualmente parcial) de hospitais, clínicas e centros de saúde, com subsídio do Estado, aumentar a oferta e a qualidade da mesma, sem criar barreiras ao acesso;

Setores/Áreas	Medidas Propostas
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a melhoria constante da formação do pessoal de saúde (acordos com a OMS e parceiros de desenvolvimento), quer a nível científico, quer a nível técnico (por exemplo para manuseamento dos equipamentos) quer a nível pedagógico; • Desenvolver campanhas—diretamente ou apoiando instituições de solidariedade social nessa tarefa—no terreno, sobre boas práticas de higiene (como a lavagem das mãos), utilização de medicamentos, e recurso a serviços de saúde, evitando o recurso a práticas tradicionais não cientificamente comprovadas.

Setores/Áreas	Medidas Propostas
<p>Proteção Social</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovar a Estratégia Nacional de Proteção Social já elaborada e desenhar planos de implementação anuais, que devem ser tidos em conta na elaboração dos planos e orçamentos do Estado anuais; • Criar mecanismos/instrumentos alternativos de pagamento de prestações sociais, evitando o pagamento em <i>cash</i> e os riscos que lhe estão associados, ajudando a “bancaizar” a economia, e reduzindo os custos de implementação de medidas de prestações sociais; • Operacionalizar o Serviço de Verificação de Incapacidades; • Aprovar a constituição e o modelo de gestão do Fundo de Reserva da Segurança Social; • Aumentar a cobertura do Programa “Bolsa da Mãe”; • Criar proteção na morte, no regime não contributivo;

COMISSÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

8 de agosto de 2020

47

Setores/Áreas	Medidas Propostas
<p>Proteção Social</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criar proteção na doença e no desemprego, no regime contributivo; • Implementar programas ativos de emprego—programa público de emprego rural, em áreas trabalho-intensivas, como a construção civil (estradas rurais, fontanários, mercados, pequenas obras de recuperação de instalações públicas) ou o turismo; • Desenvolver campanhas massivas de informação aos trabalhadores rurais e do setor informal, de modo a incentivar a sua adesão ao regime de segurança social—apoiar essa adesão, através da coparticipação do Estado na taxa contributiva; • Estudar a possibilidade de, a mais longo prazo, criar uma nova medida de proteção social, visando a garantia de um rendimento mínimo a todos os cidadãos com carência de rendimentos.

COMISSÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

8 de agosto de 2020

48

Setores/Áreas	Medidas Propostas
Aspetos institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovar e publicar a “Lei das Terras” e toda a restante legislação que lhe está associada; • Elaborar e aprovar o quadro normativo necessário ao funcionamento das empresas (como o regime de falências, fusões, acesso ao crédito, etc); • Melhorar o funcionamento dos Tribunais dando-lhes a capacidade de decidir sobre casos civis, e não só criminais; • Elaborar e aprovar nova Lei de Enquadramento do OGE, incluindo todo o Setor Público Administrativo; • Elaborar e aprovar um Plano de Contas, para o setor privado e para o setor público; • Proceder a uma reforma na Administração Pública: criar sistema justo de avaliação de desempenho dos funcionários; promover cursos de formação de curta duração dirigidos a áreas concretas; reforçar a capacidade e competências dos serviços de recursos humanos dos vários organismos públicos, para desburocratizar alguns procedimentos; reestruturar a força de trabalho, tornando obrigatório o processo de reforma a partir dos 60 anos; Implementar a efetiva emissão do “bilhete de identidade” (com número de identidade único e vitalício) de forma universal;
COMISSÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÓMICA	
8 de agosto de 2020	
49	

Setores/Áreas	Medidas Propostas
Aspetos institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Tornar a atual Direção-Geral de Estatística num Instituto Público com autonomia—eventualmente sob a tutela política do Primeiro-Ministro ou do Vice Primeiro-Ministro do Plano e Ordenamento; • Reformular a composição do Conselho Nacional do Trabalho, de modo a que a Segurança Social o integre, a fim de promover o efetivo diálogo social, coordenado, nas áreas do emprego e segurança social; • Melhorar os serviços da Inspeção do Trabalho, sobretudo dotando-os de mais recursos; • Criar um mecanismo de comunicação, em tempo útil, entre os serviços de registo empresarial (SERVE), os serviços fiscais (Ministério das Finanças) e a Segurança Social—tornar mais eficaz, rápido e menos burocrático o registo das empresas; • Reforma fiscal: criar códigos tributários redistributivos, justos e que prevejam isenções/benefícios fiscais em determinadas situações (política económica de incentivo ao setor privado);

Setores/Áreas	Medidas Propostas
Aspetos institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de parceria com o setor bancário, visando criar condições de financiamento às empresas e a pequenos negócios: negociação de condições de empréstimos (volume, taxa de juro, período de carência). Os bancos devem ser eventualmente compensados, através de concessão de benefícios fiscais apropriados; • Coordenação Interministerial: deverá haver uma coordenação entre os vários Ministérios que constituem o Governo de forma a evitar duplicação de tarefas/responsabilidades, bem como direccionar de forma adequada os recursos existentes; • Iniciar efetivamente o processo de descentralização administrativa, através, numa primeira fase—e em face dos ganhos de escala necessários—da criação de regiões (4/5), dotadas de autonomia; • Criar um projeto piloto—2 ou 3 Municípios—“carrinhas móveis de cidadania”, para levar alguns serviços públicos essenciais (registo civil e atualização de dados, assistência médica/consulta geral e medicamentosa, pagamento de prestações sociais, entrega de bens e apoio alimentar) às populações mais isoladas, de modo a quebrar as barreiras de acesso.

Setores/Áreas	Medidas Propostas
Instalação de fibra ótica	<ul style="list-style-type: none"> • Acelerar todo o processo da instalação da fibra ótica através do cabo submarino que liga Timor-Leste com o resto do mundo.
Energias Renováveis, Sustentáveis e Alternativas	<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento dos recursos naturais de que Timor-Leste dispõe—sol, mar e vento—como forma de reduzir os custos com combustível, para além de ser uma fonte de energia amiga do ambiente.



5. Financiamento

As fontes potenciais de financiamento dos Orçamentos Gerais do Estado de Timor-Leste:

- Receitas domésticas (impostos e taxas);
- Transferências do Fundo Petrolífero;
- Dívida pública (empréstimos);
- Transferências de doadores;
- Receitas dos organismos autónomos.



5. Financiamento

Receitas domésticas:	180 milhões
Transferências do FP:	1200 milhões
Dívida pública:	120 milhões (60 milhões de empréstimos concessionais)
Transferências de doadores:	200 milhões
TOTAL:	1700 milhões de USD em cada um dos próximos 3 anos (2021-2023)



5. Financiamento

Naturalmente que há **duas condições** *sine qua non*:

- 1) os projetos a financiar serem de qualidade, produzindo efetivamente efeitos positivos na economia e na sociedade nacionais (particularmente na oferta e no consumo nacionais e na melhoria do seu capital físico e humano); e
- 2) a “fuga” de recursos para esquemas de corrupção ser mínima. A efetiva implementação da legislação recentemente aprovada pelo Parlamento Nacional sobre a corrupção e a aprovação e implementação de legislação nova sobre aprovisionamento do Estado.

**O caminho faz-se caminhando...
para melhorar o bem-estar da
população!**

FIM